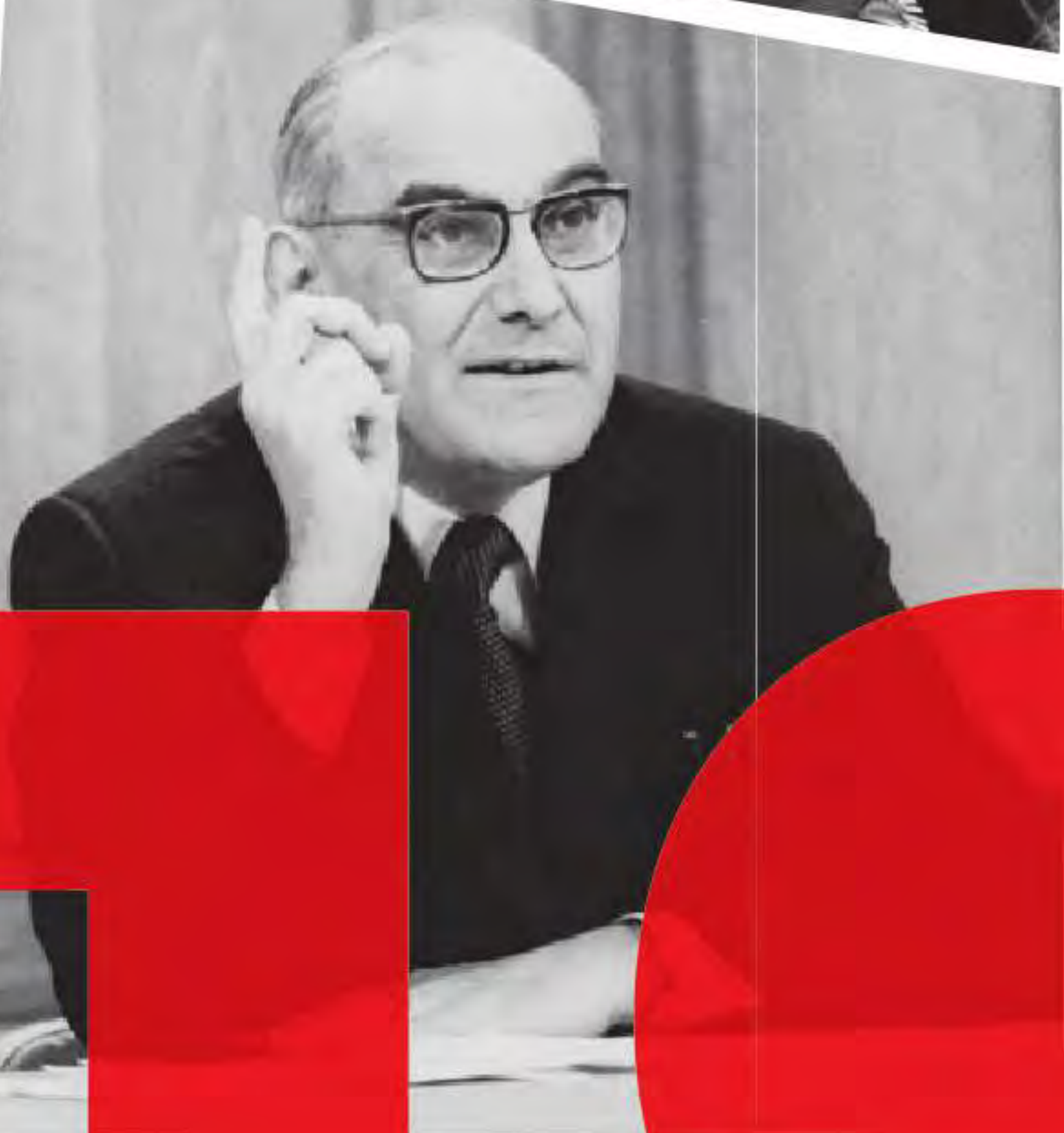


TIAGO BEATO



Uma cronologia do Ano Zero.
Os factos, as figuras e os figurantes
do último ano do Estado Novo.

PREFÁCIO

UMA DAS VINGANÇAS DAS REVOLUÇÕES É QUE, MAIS CEDO OU MAIS TARDE, a juventude revolucionária está a gerir empresas, em palacetes à frente de ministérios, de vestido comprido ou fato e gravata no São Carlos a assistir à ópera. Os regimes vão e vêm, a vida continua.

Já passaram quase cinquenta anos desde o 25 de Abril. Inúmeros livros, teses e artigos serão publicados sobre a Revolução dos Cravos nos próximos meses. Portugal, ao contrário do país vizinho, tem o mérito de ter cortado as amarras com a ditadura. Fê-lo pela força de um golpe militar que alastrou por todo o país. Esse golpe transformou-se, pelas proporções que assumiu e pelo papel de muitos militares e civis, a quem temos de agradecer, numa verdadeira revolução que levou o país não a uma ditadura militar, nem a um regime totalitário, mas a uma democracia parlamentar. Foram detidos políticos fascistas e banqueiros seus cúmplices, nacionalizaram-se empresas, tentou-se distribuir riqueza e desmantelar latifúndios. Nunca se levaram ao fim os processos judiciais contra os responsáveis pela ditadura e os seus verdugos. O racismo, colonial e interno, nunca foi objeto de reflexão séria no país, nas universidades e nas escolas. Mas não houve uma transição podre, como a espanhola; houve, de início, um corte radical com alguns excessos e, mais tarde, eventualmente com demasiados recuos.

Mas como viviam, antes do 25 de Abril, esses jovens que fizeram a revolução e a apoiaram. Como viviam os seus pais?

Que país era esse Portugal depois de Salazar e antes da revolução? As pistas estão naquele que foi o ano decisivo para a revolução: o ano de 1973, o ano antes da revolução, o ano que dá o título a este livro. Aconteceram coisas espantosas e reveladoras. Olhando para 1973, numa fácil análise *ex post*, o ano seguinte só poderia ter sido de revolução. Portugal era muito diferente daquilo que muita gente recorda, ou as pessoas, nascidas posteriormente, hoje imaginam. A saudade e, bem pior, o saudosismo, são filtros que distorcem a realidade.

Este é um livro que eu gostaria de ter escrito. Mostrar o país, o contexto em que se vivia em Portugal, mês a mês, no último ano antes da Revolução de Abril. Para recordar, mas, sobretudo, para entender. Estive quase para o escrever. Tanto que o propus à Penguin Random House. Por contingências da vida, não pude avançar. Mas achei o projeto tão importante que não quis desistir dele. Desafiei o meu colega e amigo Tiago Beato a pegar nele. Não o podia nunca deixar nas mãos de uma pessoa estranha. O Tiago entusiasmou-se e foi a escolha mais feliz que a editora poderia ter tomado. Seguramente escreveu um livro mais fascinante do que eu teria conseguido.

MIGUEL SZYMANSKI
Lisboa, julho 2023

Conselho de Ministros em S.Bento

REUNIU-SE, ontem, em S.Bento, o Conselho de Ministros para os assuntos Económicos, tendo sido examinados os relatórios preparatórios do IV Plano de Fomento, relativos à agricultura, silvicultura e pecuária.

Árbitros discutem

REUNIRAM-SE, ontem, os árbitros de futebol que têm vindo a contestar a actual situação em que se encontra a classe. Dos elementos convocados para a reunião (mais de uma centena), apareceram cerca de quatro dezenas, na sua grande maioria em actividade apenas na «Regional». No entanto, a reunião do Calhariz de Benfica, ainda pôde ser positiva. Decisões lógicas e conscientes foram tomadas com bastante ardor pelos presentes. Exemplo: dar força a uma comissão organizada para tratar dos assuntos mais prementes; A integração na F.P.F.; as oportunidades de acesso na hierarquia da arbitragem; a revisão de prémios; a protecção nos jogos; o regresso dos árbitros dissidentes e a revisão geral do estatuto da arbitragem. A comissão é constituída por cinco árbitros e começará a trabalhar imediatamente.

O leão anda à solta?

A GNR de Rio Maior não considera facto provado a existência de um leão à solta na área de sua jurisdição e como tal não tomará quaisquer iniciativas a esse respeito, garantiu-nos hoje de madrugada o comandante daquele posto. Mais informou a mesma entidade nenhuma queixa ter sido ainda apresentada relativa aos morticínios operados pela fera entre o gado da região, que a Imprensa diária tem noticiado abundantemente.

Deste modo não está nos projectos das autoridades de Rio Maior a tomada, para já, de quaisquer providências quanto ao perigo que a população local parece correr — caso, por um lado, se confirme a natureza leonina do corpulento «bicho-de-juba» que por ali tem sido avistado (como parece que se confirma); por outro, se concretize o temerário projecto de uma «batida», a realizar pelos caçadores da zona, que parecem pretender tratar da saúde da alimária com os seus arcabuzes de varar perdizes e cacetes de varrer feiras.

Heath e o Vietnam: «problema tão difícil»

NÃO HAVERÁ reunião do Parlamento britânico para debater os bombardeamentos americanos no Vietnam. Assim o decidiu o primeiro-ministro de Sua Majestade, respondendo negativamente ao pedido formulado nesse sentido por dois deputados trabalhistas.

São esclarecedoras as bases em que Heath apoia a sua negativa: «Enquanto uma das partes tem procurado sistematicamente impor à outra a sua vontade, por meio da força, ambas têm sido apoiadas por poderosos aliados estrangeiros. É isto que torna o problema tão difícil».

«Nestas condições — conclui — não há qualquer utilidade em se tomarem posições de censura, quando o que importa é um acordo de cessar-fogo, logo seguido do acordo de paz».

Giuseppe Medici de visita à China

CONVIDADO pelo seu colega Chi-Peng-Fei, o ministro italiano dos Negócios Estrangeiros inicia hoje uma visita de seis dias à China, que — conforme declarou — se destina a confirmar a atmosfera cordial das seculares relações sino-italianas. Roma reconheceu o Governo de Pequim em Novembro de 1970, mas Medici teria em mente, quando empregou o termo seculares, a viagem de Marco Polo ao Grã-Catão.

O chefe da diplomacia italiana, antontem chegado a Hong-Kong, é acompanhado por uma delegação de umas quarenta pessoas, entre as quais numerosos jornalistas. Paralelamente, um grupo de técnicos italianos seguiu já ontem para



DIRECTOR FRANCISCO PINTO BALSE

O QUE A GUINÉ PEDIU E RECEBEU



PAGINA 2

63 por cento nunca votaram

COM BASE nas conclusões de um inquérito à opinião pública sobre o exercício do direito do voto elaborado pela SERTE em exclusivo para o nosso jornal, podemos revelar que 63 % dos portugueses nunca votaram. Concluiu-se ainda do mesmo inquérito que essa percentagem é maior em Lisboa (79 %), do que no Porto (47 %); e de que nos restantes centros urbanos a percentagem é de 63 % (igual, portanto, à da média dos portugueses).

Resta saber se tais percentagens — sobretudo os 79 % de Lisboa — se devem a uma despolitização acentuada ou a um abstencionismo propositado. De qualquer forma, os dados são significativos.

Este inquérito da SERTE está enquadrado num plano do EXPRESSO que visa fazer um acober tura, o mais completa possível sobre as eleições para deputados, que este ano se vão realizar no nosso país e cujo significado não podemos ignorar: desde a forma como decorrerem, aos deputados que forem eleitos. (Ver nossa secção «1973 — Ano de Eleições», na página 2).



É deveras elucidativo o quadro que a seguir publicamos sobre o exercício de direito de voto, por classes sócio-profissionais, onde se conclui que as profissões científicas e técnicas e os quadros administrativos superiores são as classes mais consciencializadas do direito de voto, seguindo-se os comerciantes, os vendedores e os empregados de escritório:

	Votaram ao menos uma vez	Nunca votaram
Profissões científicas, técnicas e quadros administrativos superiores	59%	41%
Comerciantes, vendedores e empregados de escritório	54%	46%
Agricultores, pescadores e equiparados	29%	71%
Operários qualificados e não qualificados	34%	66%
Trabalhadores dos transportes, dos serviços e afins	33%	67%

Estas conclusões referem-se apenas a indivíduos com mais de 24 anos, isto é, a indivíduos que puderam votar pelo menos

uma vez. O mesmo aconteceu com o quadro seguinte, sobre o exercício do direito de voto, por grupos etários:

	Votaram ao menos uma vez	Nunca votaram
24-34 anos	18%	82%

FAC-SÍMILE DO NÚMERO 1
DO EXPRESSO
EDIÇÃO COMEMORATIVA
DO 20.º ANIVERSÁRIO, 6/1/93
Não pode ser vendido separadamente

**PINTO LEITE:
DOCUMENTOS**

**ITT RADICA-SE
NOS AÇORES**

JANEIRO

PAGINA 13

PAGINA 18

PAGINA 23

nto dos portugueses aram

No que diz respeito ao voto em eleições presidenciais (para escolha do Chefe do Estado), concluiu-se, no inquérito agora realizado, que nunca votaram 59 % dos portugueses, mantendo-se a mesma diferença para Lisboa (59 %) e para o Porto (39 %), sendo a percentagem para os restantes centros urbanos do País de 57 %. É evidente que tais conclusões se referem a indivíduos com mais de 35 anos, pois só tais pessoas puderam votar alguma vez na eleição do Presidente da República por sufrágio directo.

Quanto ao exercício do direito de voto em eleições para deputados à Assembleia Nacional, chega-se à conclusão de que 67 % dos portugueses com mais de 24 anos nunca votaram (em Lisboa, 84 %; no Porto, 52 %; nos restantes centros urbanos, 67 %).

Concessão do direito de voto aos 18 anos

A concessão do direito de voto a partir dos 18 anos — ver nosso editorial na página 8 — foi igualmente alvo do inquérito da SERTE, concluindo-se da amostragem que 49 % da população concorda que o direito de voto deveria ser dado a todos os indivíduos com mais de 18 anos; 34 % não concorda; e 17 % não tem opinião.

A percentagem dos inquiridos que concordam é maior em Lisboa (56 %) do que no Porto (42 %) e nos outros centros urbanos (49 %). Os que não concordam: 29 %, em Lisboa; 37 %, no Porto; e 35 % nos restantes distritos. Não têm opinião: 15 %, em Lisboa; 21 %, no Porto; e 16 %, nos outros centros.

Publicamos abaixo o quadro das conclusões do inquérito à opinião quanto à concessão do



A medalha caiu, quando Nixon condecorava o General Alexander Haig, adjunto de Henry Kissinger, por serviços distintos prestados no Vietnam.



Fac-símile da primeira página da edição inaugural do semanário *Expresso*, a 6 de janeiro de 1973.

© Arquivo *Expresso*

PAULA REGO ESTÁ A PINTAR NO SEU ATELIER. UM DOS SEUS PRIMEIROS quadros, *Salazar a Vomitar a Pátria*, de 1960, esteve exposto na Galeria de São Mamede há menos de seis meses. Entre o quadro ter sido pintado, na Ericeira, e a primeira exposição numa das principais galerias da capital, passaram-se doze anos. A pintora vive agora em Londres. O ditador, por sua vez, morreu há já dois anos e meio, em julho de 1970. Mas a mão de ferro de Salazar mantém o país preso. A polícia política está atenta e não hesita em prender quem se manifesta contra o regime.

No catálogo da exposição, o galerista omite o nome do ditador. O título do quadro passa a *S. Vomiting the Pátria*. «Será que ousarei fazer a pintura de Salazar a vomitar a Pátria? Porque, na realidade, o que devia ser era a Pátria a vomitar Salazar. Isto até era ligeiramente simpático em relação ao ditador, o que era uma coisa extremamente perversa»*, recordará a pintora, em 2007, em conversa com o comissário da exposição retrospectiva realizada no Museo Nacional Reina Sofía, em Madrid.

Perversão, revolta e repulsa, sim, mas só na tela, com cores com textura, na qual corpos distorcidos, órgãos vários e ampliações das zonas genitais escapam à censura, sempre literal e tantas vezes tacanha.

* Nas transcrições de citações anteriores à adoção do AO90, optou-se por manter a grafia anterior. (N. da E.)

*

Manuel Alegre, homem de letras e de grandes palavras, é locutor da rádio A Voz da Liberdade. Os seus dois primeiros livros de poesia foram proibidos pela censura, diz-se. Cantado por Zeca Afonso ou Manuel Freire, será mais tarde contagiado pelo ópio do povo e faz um poema de homenagem ao futebolista Luís Figo.

Passa uma década em Argel, saudosos da vida em Lisboa e das touradas, rodeado de gatos e jovens. Por lá estão também dois portugueses, de vinte e poucos anos, que roubaram uma avio-neta do Aeroporto de Faro, voaram sobre o Atlântico, por cima do estreito de Gibraltar e pela costa do Mediterrâneo, até aterrarem no norte de África para fugirem ao serviço militar devido à Pátria e à Guerra Colonial contra três países africanos.

Um amigo e companheiro de lutas de Manuel Alegre, Mário Soares, está exilado em Paris. Dá aulas, adere à maçonaria, à Loja dos Compagnons Ardents (Companheiros Ardentes, ou fogosos, conforme a tradução), fuma charutos quando almoça com amigos ricos e vai fazendo contactos, sobretudo com norte-americanos, mas também com alemães, a pedir apoios na luta política para derrubar o Estado Novo.

Álvaro Cunhal, de quem Soares foi discípulo antes de ter sido expulso do Partido Comunista, está em Moscovo para falar com os russos. A contagem de espingardas, dólares e rublos começa no início do ano.

Este primeiro de janeiro é o dia da entrada do Reino Unido na Comunidade Europeia, ligação que terminaria em 2020 com o Brexit. A Irlanda e a Dinamarca acompanham os Ingleses neste passo rumo a uma nova Europa. É também neste dia que entra em vigor o Acordo de Comércio Livre entre Portugal e a CEE, celebrado a 22 de julho do ano anterior.

*

Estamos na passagem de ano, no início da ressaca do *réveillon* do primeiro dia do último ano do velho regime, os últimos doze meses do «tempo da outra senhora», do seminarista de Santa Comba Dão e do *Botas*, a alcunha de Salazar por ser o calçado que sempre usava.

À volta de Lisboa, no Hotel Palácio do Estoril, na Quinta Patiño ou na Quinta do Relógio, em Sintra, as velhas elites, misturadas com algum do *jet-set* que habita a «Riviera Portuguesa», celebram a primeira hora do Ano Novo com champanhe e conhaque.

Os ministros do regime gostam de gozar a vida e, agora que Salazar *bateu a bota*, o regabofe passa impune sem dedos moralistas em riste. Pelo menos para eles. Misturam-se com os aristocratas europeus exilados, as estrelas de cinema e os milionários da América do Sul sem se aperceberem que a casca de noz que é o Império Português está a meter água por todo o lado.

À mesma hora, Nuno Teotónio Pereira, o arquiteto que desenhou com Nuno Portas — pai de Miguel, o do Bloco de Esquerda, de Paulo, o do *Independente* e dos submarinos, e de Catarina, a dos quiosques e da Vida Portuguesa — a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, no centro de Lisboa, está preso com mais catorze pessoas. É sobrinho de Pedro Teotónio Pereira, um dos ideólogos do Estado Novo, e pertence a uma das famílias mais influentes do regime. Está a ser interrogado pela polícia política nas primeiras horas deste ano. Foi detido pouco antes, na noite de 31 de dezembro, depois de se ter fechado com um grupo de críticos do regime, na capela do Rato, para participar numa vigília de quarenta e oito horas de reflexão pelo fim da guerra em África com uma greve de fome simbólica.

A comemoração do Dia Mundial da Paz a 1 de janeiro é o pretexto para este encontro, preparado por membros do *Boletim*

Anti-Colonial (Maria da Conceição Moita, Isabel Pimentel e Luís Moita) e por estudantes (António Matos Ferreira, José Galamba de Oliveira e João Cordovil), sendo a ligação entre os dois grupos feita por Francisco Cordovil, irmão de João.

Desde 1965 que o padre Alberto Neto é o responsável pela capela do Rato. Celebra eucaristias e rituais diferentes daquilo que o conservadorismo da Igreja convencionava. Além da sua mensagem, chega a incluir guitarra nas missas. A escolha do espaço para a realização da vigília deve-se a uma maior abertura da comunidade do Rato, também esta defensora da liberdade.

Cristãos e não-cristãos são convidados a juntar-se. Apesar de a Igreja ser vista pela esquerda como um dos pilares do regime, as Brigadas Revolucionárias apoiam a iniciativa e rebentam dezenas de petardos, em várias zonas de Lisboa e arredores, que espalham panfletos a denunciar a Guerra Colonial como um dos motivos da pobreza dos Portugueses. Um desses engenhos explosivos fere duas crianças, e disso também se aproveita o governo de Marcello Caetano para justificar a invasão de um espaço religioso para prender os prevaricadores. As Brigadas são um dos principais adversários do Estado Novo. Trata-se de uma organização fundada em Paris, em 1970, por Carlos Antunes e Isabel do Carmo, dissidentes do Partido Comunista Português, que procura derrubar o regime fascista através da luta armada, além de defender a independência das províncias ultramarinas.

Mais tarde, Teotónio Pereira dirá, numa entrevista ao historiador Fernando Rosas, acerca do fim dessa noite de Ano Novo e da revolta dos católicos progressistas: «Apareceu a polícia com os cães a ladrar e entrou na capela, arrastou as pessoas para a esquadra do Rato que era ali mesmo ao lado.» Há relatos de que as detenções são feitas ao som do Pai-Nosso, rezado em coro pelos grevistas, que são levados para os calabouços do Governo Civil. «Passámos lá a meia-noite. Houve uma triagem, foram para Caxias os considerados cabecilhas da ação.»

Entre as muitas dezenas de pessoas que passam pela capela do Rato nessas horas estão o músico Zeca Afonso, que se faz acompanhar pela sua guitarra, e Francisco Louçã. O futuro economista e político, então um jovem de dezasseis anos, é um dos detidos em Caxias. Serão libertados passados alguns dias, quando este episódio já é notícia internacional.

O Ministério do Interior publica uma nota oficiosa na qual condena os acontecimentos na capela do Rato. As primeiras consequências, por decisão do Conselho de Ministros, são a demissão de doze funcionários públicos que participaram na vigília anticolonialista. Contudo, esta medida será impugnada judicialmente e motiva um abaixo-assinado, por mais de seiscentas personalidades, ao presidente do Conselho pedindo a sua revogação.

No dia 15, Marcello Caetano reage numa dura comunicação ao país: «Parece que há por aí cristãos com problemas de consciência por causa do Ultramar. Preocupados com a salvação das suas almas. Pondo as mãos em atitudes devotas ou espetando o dedo a proferir sentenças de moral», adverte através da RTP e dos microfones da Emissora Nacional, cujo diretor é Clemente Rogeiro, pai de Nuno, futuro jornalista e comentador político, e do homónimo Clemente, futuro advogado e escritor. E o presidente do Conselho acrescenta: «Mas os governantes também têm problemas de consciência. Se amanhã, por fraqueza ou por errada visão de quem governa, suceder em África que milhares de famílias percam os seus lares, e as mulheres a sua honra, e as pessoas as suas vidas, e a desolação, a ruína e a morte se espalharem onde hoje reina a paz e floresce o progresso, será aos devotos pacifistas que as vítimas e a Nação inteira pedirão responsabilidades e clamarão justiça.»

No dia seguinte a esta comunicação, o futuro primeiro-ministro Francisco Sá Carneiro questiona o governo sobre a atuação da polícia e reclama o apuramento de responsabilidades. No dia 17 de janeiro, o governo responde ao deputado da Ala

Liberal através de uma nota difundida na imprensa e na rádio: «Os funcionários, surpreendidos em flagrante delito, numa acção gravíssima contra os interesses da Nação e atentatório dos princípios constitucionais, tinham de ser rapidamente punidos.»

Sá Carneiro renuncia ao mandato de deputado na Assembleia Nacional por «questões de dignidade pessoal.» O seu pedido é aceite em votação secreta por setenta e seis votos contra nove. Segundo o próprio, foi a primeira vez que uma proposta sua foi aprovada. Antes, teve oitenta e cinco intervenções nas quais defendeu a liberdade de associação, reunião, divórcio e imprensa, propôs uma reorganização judiciária, a fiscalização da atuação da polícia política e a amnistia dos crimes políticos.

A 23 de janeiro, o tema da capela do Rato volta a ser debatido na Assembleia. A bola de neve prossegue com as declarações do deputado João Pedro Miller Guerra, que motivam uma discussão com o deputado Casal-Ribeiro: «A liberdade religiosa entre nós é pura e simplesmente uma ficção.» Miller Guerra renuncia ao mandato mas o seu pedido é recusado. Acabará por perdê-lo após uma sequência de quinze faltas injustificadas. Eleito em 1969, durante a sua carreira parlamentar aborda os mais diversos temas políticos, educativos, sanitários e sociais.

A Comissão de Exame Prévio, órgão censor do Estado, intima os jornais a enviarem as provas da intervenção de Miller Guerra na Assembleia Nacional, proferida na véspera, e proíbe a sua divulgação. Com a demissão destes dois deputados da chamada Ala Liberal caem por terra as poucas esperanças que restavam de se fazer uma transição para a democracia com Marcello Caetano no poder.

O patriarcado de Lisboa também assume uma posição e condena o grupo de ativistas católicos e a intervenção das forças policiais numa nota de imprensa. Curiosamente, no último dia de 1972 o padre Alberto Neto está doente. Será o padre António Janela quem, depois de todo o aparato com as detenções, celebra

a missa dessa noite. No final da mesma, é convidado a prestar declarações na esquadra da polícia do Rato. Meses depois, o padre Alberto Neto é afastado das suas funções pelo cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro.

Já um editorial do diário *Novidades*, propriedade do episcopado, classifica os responsáveis pela vigília de «atrevidos» movidos por campanhas ideológicas «contra a nossa presença em África».

A proximidade entre Estado e Igreja é uma aliança ainda mais antiga que a luso-britânica — que, curiosamente, comemora seiscentos anos em junho de 1973. Em Espanha, o general Francisco Franco fala disso mesmo na sua mensagem de fim de ano. «O nosso governo tem mantido uma atitude de respeito e de cooperação com a Igreja, garantindo-lhe todo o auxílio de que necessita para levar a cabo a sua sagrada missão», anuncia o temível *Caudillo*, que aproveita para lembrar que as relações entre o Estado e o clero devem ser baseadas na independência e que a Igreja não deve interferir em assuntos de carácter político. Para bom entendedor...

No poder há trinta e três anos, o ditador espanhol salienta o grande progresso económico de *nuestros hermanos*, bem como a paz e a ordem pública. E parece não querer arredar pé: «Passados mais de trinta anos desde que assumi a chefia do país, continuo com a mesma firmeza com que comecei e deste modo prosseguirei por muitos mais anos, assim Deus o permita.» Deus não permitiu muito mais. Em junho deste ano cede o lugar ao seu mais direto colaborador, Luis Carrero Blanco, e morre em novembro de 1975.

Começa bem o ano em Portugal e nas províncias ultramarinas, eufemismo para designar as colónias portuguesas: bombas políticas em Lisboa e bombas em Moçambique.

*

Pancho Guedes marca a imagem de Maputo, à época ainda Lourenço Marques. Só na capital da província ultramarina, que por esta altura cresce ao ritmo alucinante de um prédio por dia, desenha mais de quinhentos edifícios. O seu estilo, inspirado em Picasso e Miró, vale-lhe o epíteto de *O Niemeyer do Índico* na imprensa brasileira.

Nesta passagem de ano, porém, nem ele nem a maioria dos portugueses brancos podem sair do perímetro de segurança da cidade que o arquiteto ama e cuja maquete vinha a modificar há décadas. Isto porque no noroeste de Moçambique chora-se o massacre de centenas de civis, por parte dos soldados portugueses, em Wiriyamu e noutras aldeias, no seguimento da Operação Marosca, e os guerrilheiros procuram vingar-se. Uma tragédia que, barrada pela censura, não entraria na primeira edição do semanário *Expresso*, cujos sessenta mil exemplares são postos à venda a 6 de janeiro a cinco escudos. Na manchete da primeira página lê-se «63% dos portugueses nunca votaram», título que resulta da primeira sondagem *Expresso*.

Na Primavera Marcelista os censores da imprensa passam a chamar-se Comissão de Exame Prévio, mas pouco ou nada muda. Neste primeiro número, o lápis azul proíbe nove artigos e censura trinta. Nem uma entrevista com o ciclista Joaquim Agostinho escapa. Em sessenta e oito edições publicadas durante o Estado Novo, são feitos cerca de quatro mil cortes em quase dois mil textos analisados.

O diretor, Francisco Pinto Balsemão, que, tal como Francisco Sá Carneiro, será mais tarde primeiro-ministro, é responsável pela coluna de opinião «Visto», um dos principais alvos da censura. Na redação, Fernando Ulrich, futuro presidente de um dos maiores bancos do país, e Marcelo Rebelo de Sousa, futuro Presidente da República, martelam notícias nas máquinas de escrever, um hábito que se extinguirá com a informatização das redações.

O país tem mais de duzentos jornais e revistas, mas nenhum noticiará tão cedo o que se passa no mundo sem o olhar atento da censura.

É esta censura e o estado do país que leva Sérgio Godinho a emigrar. Depois de ter vivido na Suíça e em França, onde acompanha de perto o Maio de 68 nas ruas de Paris, neste início de 1973 o músico vive no Canadá, numa comunidade *hippie* de Vancouver, e casa-se com Sheila Charlesworth, sua colega na companhia de teatro The Living Theatre.

É aí que fica a par da Revolução, lida no canto de um jornal. A falta de dinheiro impede-o de telefonar para casa para perceber melhor o que aconteceu, mas dias depois recebe novas notícias sobre a situação em Portugal. «Falavam de um movimento organizado chamado MFA [Movimento das Forças Armadas] e que tinham libertado todos os presos políticos de Caxias. Aí, eu disse: “Alto lá! Está aqui a passar-se algo importante. Isto é mesmo a sério”», contaria décadas depois em entrevista a um *podcast* da Rádio Renascença.

No Canadá, canta músicas como *Pode Alguém Ser Quem Não É?* ou *Já a Vista Me Fraqueja*, do álbum *Pré-Histórias*, gravado no ano anterior, em 1972, e que só mais tarde será editado em Portugal, para onde regressa depois do 25 de Abril.

Em 1973, parte da vida intelectual, cultural e boémia da capital (para quem não está no exílio ou na guerra, portanto), encontra-se no bar Botequim, da poetisa Natália Correia, mulher a quem todos gabam a extrema beleza. Mário Cesariny diz que «era muito mais linda que a mais bela estátua feminina do Miguel Ângelo»,¹ e o iconoclasta, quase marginal, Luiz Pacheco descreve uma «hierofântide do século XX». A Lisboa política, e mesmo a cultural, é um antro masculino de machismo e misoginia.

É no Botequim que Zeca Afonso canta as músicas de agitação política que o levarão a ser encarcerado, durante três meses, pela polícia política, em Caxias. Por falar em prisões, e sem querer antecipar o fim da história, Ricardo Salgado, o banqueiro, acaba de entrar no Banco Espírito Santo & Comercial de Lisboa, ainda como diretor do gabinete de estudos económicos, e mais tarde como diretor da área de crédito, duas ferramentas importantes numa longa carreira de quarenta anos. Décadas depois será conhecido como DDT, «Dono Disto Tudo», a quem os candidatos a primeiro-ministro ou a líder sindical vão pedir a bênção até cair em desgraça, acusado de inúmeros crimes.

Na Pastelaria Suíça, onde todo o mundo lisboeta passa entre o nascer e o pôr do Sol, um café custa dois escudos. O Banco Espírito Santo, que Ricardo Salgado afundará, custará mais de cinco mil milhões de euros aos contribuintes.

Mas não é apenas o BES que mete água. Nos últimos dias de dezembro de 1972, o cargueiro dinamarquês *Sea Star* encalhou nos rochedos junto ao farol do Cabo Raso, perto do Guincho. Como um azar nunca vem só, a tempestade que assolará o país nos dias seguintes irá reduzi-lo a um inútil monte de chapa.

Trata-se de um navio de 980 toneladas, oriundo de Bordéus, que se dirigia para o porto de Lisboa com um carregamento de peças para automóvel. Era tripulado por sete homens, dois dos quais portugueses, que se salvam. Apesar de a tentativa de bombar para terra, com o auxílio de um helicóptero da Força Aérea e dos Bombeiros Voluntários de Cascais, 30 toneladas de gasóleo, o derramamento de combustível e de óleo resulta num desastre ambiental para toda a região, com graves danos para os viveiros ali instalados.

Torna-se uma atração turística nestes primeiros dias do ano — tal como aconteceria com o porta-contentores *Tollan*, naufragado no Tejo em 1980 —, e logo houve quem se aproveitasse da desgraça

alheia para lucrar uns trocos. A romaria de pessoas que por ali anda tem muito por onde escolher: castanhas assadas (quinze por 2\$50), pevides, tremoços, amendoins e farturas. Como se não bastasse, a oferta inclui ainda santolas, sapateiras, carabineiros e caranguejos, que podem ser empurrados com cerveja e laranjada. Tudo vendido por comerciantes improvisados, que nem da música se esquecem. O povo, literalmente, a ver navios.

O mesmo faz o Presidente da República, Américo Thomaz, por estes dias ao visitar o *São Tomé*, talvez para crer, como o apóstolo que dá nome ao mais recente navio da marinha mercante nacional. Capaz de deslocar 12 mil toneladas a uma velocidade de 21 nós, o navio foi construído na Polónia e custou cerca de quinhentos mil contos.

No seu décimo quinto discurso de fim de ano, o «velho e sinistro almirante», como lhe chama Mário Soares nos discursos do 1.º de Maio após o 25 de Abril, tem o discurso bafiento típico do Estado Novo. Ao contrário de Marcello Caetano, que procura abrir o regime, o Presidente da República é defensor de um regime autoritário, em linha com o que sempre foi enquanto Salazar esteve no poder. Num comunicado cujo vocabulário é demasiado elaborado para o público (cerca de 20% da população residente era analfabeta), ele, que até é conhecido pela falta de talento para a oratória, centra grande parte do discurso na questão da Guerra Colonial e envia uma saudação especial aos militares que, em África, «continuam a bater-se, abnegadamente, em defesa da integridade do solo pátrio».

Américo Thomaz recorda ainda os Descobrimentos e as vidas «que ao mar imolaram por tão ousada e heróica gesta» e critica a Organização das Nações Unidas (ONU) pela sua posição na Guerra do Ultramar, acusando-a de ter perdido todo o prestígio e de ser dominada por «países comunistas e afro-asiáticos». O Presidente sublinha que o comunismo «imaginou subverter a Igreja,

a família e a escola, três dos principais pilares da civilização ocidental e cristã». Os clichês do salazarismo estão lá todos.

O Presidente da República, a quem o povo chama, jocosamente, «corta-fitas» devido à presença constante em inaugurações, é eleito em 1958, como candidato da União Nacional, depois de ter caído nas boas graças de Salazar, de quem havia sido ministro da Marinha. Concorre com o general Humberto Delgado e, segundo os resultados oficiais, que não disfarçam a fraude eleitoral, vence com 75% dos votos contra 23% do *General sem Medo*, epíteto que Delgado ganha muito por culpa da célebre resposta que dá numa conferência de imprensa, antes das eleições de 1958, sobre o futuro de Salazar caso fosse eleito Presidente da República: «Obviamente, demito-o».

No seguimento desta disputa, o regime determina que as eleições deixem de ser diretas e ficam ao critério de um colégio eleitoral constituído por membros da própria União Nacional.

Dias após a última tomada de poder, depois da sua reeleição em 1972, as Brigadas Revolucionárias soltam dois porcos vestidos de almirante, uma clara referência a Américo Thomaz, no Rossio e em Alcântara. A organização que pretende derrubar o regime pela luta armada também distribui panfletos a denunciar a farsa eleitoral através do rebentamento de petardos que, deste modo, levam a mensagem ao povo.

Antigo sargento da Força Aérea, Hermínio da Palma Inácio torna-se popular em 1961 ao liderar a *Operação Vagô*, o primeiro desvio de um avião em Portugal, com a ajuda de mais quatro opositores ao regime. Depois de invadir o *cockpit* de um avião da TAP que voava de Marrocos para Lisboa, Palma Inácio ordena ao comandante que simule a aterragem no Aeroporto da Portela e que volte para trás para fazer um voo rasante sobre Lisboa, Barreiro, Setúbal, Beja e Faro, para lançar cem mil panfletos que apelam à revolta popular contra a ditadura.

No dia 17 de janeiro deste ano, a Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR), um movimento político fundado em Paris após o assalto à delegação do Banco de Portugal na Figueira da Foz, uma ação na qual participam, entre outros, Camilo Mortágua, pai das futuras deputadas Joana e Mariana Mortágua, anuncia em comunicado a prisão de Hermínio da Palma Inácio, em França.

A PIDE, que numa tentativa de limpar a sua imagem mudara a sua designação para Direcção-Geral de Segurança (DGS), apesar de continuar implacável com os opositores, requer a extradição de um dos revolucionários mais conhecidos contra o Estado Novo, mas o líder da LUAR é libertado no mês seguinte depois de as autoridades francesas alegarem insuficiência de provas.

O extremar da luta política prende-se, sobretudo, com a Guerra Colonial, para a qual é mobilizada grande parte dos jovens portugueses. Em 1973, o número de tropas que parte do cais de Alcântara continua a ser elevado. A censura está atenta ao que é publicado sobre a guerra e limita-se as aparições dos militares portugueses na televisão ao Natal e ao Dia de Portugal, também conhecido como Dia da Raça.

Marcello Caetano, discípulo de Salazar que ocupa o lugar de presidente do Conselho há cinco anos, é contra a retirada do Ultramar. Sempre foi. Numa comunicação ao país através da rádio e da RTP, em janeiro deste ano, reafirma a sua posição. Depois de recordar as dificuldades sentidas no Congo Português em 1961 e as que a Bélgica e a França sentiram na descolonização do Congo Belga e da Argélia, respetivamente, revolta-se contra as «críticas injustas» que lhe são feitas pelos «devotos pacifistas», incapazes de perceber que, caso retirasse as tropas do Ultramar, «os grupos terroristas, à solta, redobriariam de violência e procurariam aproveitar o campo deixado aberto para exercer todas as vinganças, represálias e coacções que lhes assegurassem o domínio tirânico da terra e da gente que a povoa».

A Guerra Colonial começa em 1961, em Angola, dois anos depois estende-se à Guiné e, em 1964, a Moçambique, o que provoca o isolamento internacional de Portugal, uma vez que as grandes potências europeias estão conformadas com a nova realidade africana, mais independente do jugo dos colonizadores. Em 1960, a França, a Bélgica e a Grã-Bretanha reconhecem a independência de vários países africanos — Alto Volta (mais tarde denominado Burkina Faso), Benim, Camarões, Chade, Congo Belga, Costa do Marfim, Gabão, Madagáscar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, República Centro-Africana, Senegal, Somália, Togo e Zaire (que passa a República Democrática do Congo) —, aos quais se juntam a Serra Leoa e a Tanzânia no ano seguinte. Seria natural que as «províncias ultramarinas» seguissem o mesmo destino.

Marcello Caetano termina o discurso a lembrar que defender o Ultramar impõe sacrifícios, contudo «resta saber se renunciar a essa defesa não importará sacrifícios e prejuízos bem mais graves e bem maiores para cada um dos portugueses e para a Nação. Eu, por mim, não aconselharei a renúncia. E, convencido de que vale a pena lutar, continuarei ao lado dos meus concidadãos e ao serviço da minha Pátria com a mesma energia [...] que desde o primeiro momento tenho posto no desempenho do honroso mandato que me foi conferido e no qual sempre fui acompanhado pelo confiante apoio do povo português».

Michel Déon, escritor francês, visita regularmente Portugal e escreve o prefácio do livro *Evolução sem Revolução*, de Marcello Caetano. Considera-o um «nacionalista e, como Salazar, um adepto do empirismo, acima de tudo cioso da continuidade das instituições e hostil a quanto possa representar uma aventura para o país que governa».

Trata-se da célebre «evolução na continuidade», expressão do próprio presidente do Conselho tornada *slogan* da Primavera Marcelista mas que não passa disso mesmo, já que, na prática,

o regime mantém um poder autoritário que se apoia na censura e na repressão da PIDE/DGS, a temível polícia política que serve o Estado Novo baseada numa rede de delatores, tanto no país como nas antigas colónias.

Muitos anos depois, ao recordar esta época, o artista Pedro Cabrita Reis conta em entrevista à RTP que os informadores da PIDE/DGS costumavam colocar-se estrategicamente nas esquinas de Campo de Ourique. Usavam óculos escuros e ficavam a cortar as unhas enquanto observavam o que se passava ao seu redor. Durante décadas, a denúncia, o medo e a perseguição fazem parte do dia a dia dos Portugueses.

Ainda segundo Michel Déon, «as relações entre o governo e a imprensa suavizaram-se, raros são os filmes estrangeiros que não são exibidos em Portugal e poucos são os presos políticos». Bem, talvez *monsieur* Déon não tenha visitado o país vezes suficientes.

De visita ao país de Michel Déon está Amália Rodrigues. Atua num hotel de Paris para centenas de pessoas, a convite de uma agência de viagens, e é, segundo a imprensa, «obrigada a bisar e a trisar os números inicialmente previstos». De França, a nossa diva do fado parte para a Suécia, onde é a atração artística de um baile de gala que decorre sob o signo de Portugal. Amália regressa a um país que conquistou em 1959, depois de uma série de espetáculos em Estocolmo, e continua a ser ouvida na rádio nacional. Segundo consta, a fadista recebe cento e cinquenta contos pela presença no norte da Europa.

Também em constantes viagens anda Wherner von Braun, pai dos foguetões *Saturno*, que acredita que o Homem pode chegar a Marte em 1990. Em janeiro de 1973, apenas quatro anos depois da primeira viagem do Homem à Lua, Elvis Presley dá um concerto no Havai que se torna o primeiro espetáculo transmitido

para as televisões de todo o mundo e é visto por mais telespetadores do que as pegadas do astronauta Neil Armstrong.

Possivelmente, a emoção provocada pelo concerto de Elvis, *The Pelvis*, entre o público feminino foi responsável por um novo *baby boom* mundial, depois do fenómeno verificado após a Segunda Guerra Mundial...

Em guerra também está a Irlanda do Norte, que nas primeiras horas do ano regista as mortes de Oliver Bryce e Bridget Porter, com casamento marcado para daí a poucos dias, atingidos com balas na cabeça. O Exército Republicano Irlandês (IRA) não assume qualquer responsabilidade.

O país vive um período que fica conhecido como *The Troubles*, que causa a perda de muitas vidas até ao final do século XX. Ainda não passou um ano sobre o tristemente célebre Domingo Sangrento. A 30 de janeiro de 1972, confrontos entre manifestantes católicos, protestantes e o Exército inglês resultam na morte de catorze pessoas, seis das quais menores de idade. Com mais de três anos de guerra civil, 1972 ficou conhecido entre os Irlandeses como o ano terrível, com um total de quatrocentos e sessenta e sete mortos.

Em homenagem a esse dia, em 1983 os U2 lançam o tema *Sunday Bloody Sunday*, um dos maiores êxitos da banda irlandesa.

Uma das atrações musicais em Portugal neste mês são os Vinegar Joe. A banda inglesa, com influências de *blues* e de *rock*, atua no Cinema Monumental, com lotação esgotada, perante centenas de jovens. O público, sedento de espetáculos internacionais, comparece em número excessivo, o que leva a que a PSP seja chamada a intervir antes do concerto. Conhecida pela *performance* em palco, a banda Vinegar Joe destaca-se pela voz portentosa de Elkie Brooks e cativa os presentes, algo inibidos no início mas que, convertidos, vibram durante uma hora.

Robert Palmer, também vocalista, é um dos sete elementos da banda. Em 1986, já a solo, tem sucesso mundial com o tema *Addicted to Love*.

Em clima de muito *love* estão a princesa Ana, filha da rainha Isabel II e do príncipe Filipe, e o então tenente Mark Phillips, tratado na imprensa por *Dragão*, por integrar o The Queen's Dragoon Guards, um regimento de cavalaria do Exército britânico. Por estes dias trocam os primeiros beijos em público antes de Mark viajar para a Alemanha em serviço militar. Iríamos ter casamento no final do ano.

Georges Pompidou e Leonid Brejnev, o Presidente da República Francesa e o secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, reúnem-se e mostram a sua preocupação com a situação no Vietname. Dias depois, surge a notícia há muito esperada: após quatro anos de negociações, são assinados os Acordos de Paz de Paris, que determinam o fim do envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietname. As cerca de sessenta mil mortes de americanos deixam claro que, apesar do poder do seu Exército, é impossível levar de vencida esta guerra de guerrilha.

Falhada a vitória no terreno, o Presidente Richard Nixon, que no final do mês dá início a um segundo mandato, conversa com os seus aliados para terminar o longo conflito na Ásia, muito por culpa da habilidade diplomática de Henry Kissinger, secretário de Estado dos Estados Unidos. É ele quem chega a acordo com o vietnamita Le Duc Tho em Paris. O mundo agradece-lhes com a atribuição do Nobel da Paz em 1973, mas Tho rejeita o prémio. Como seria de esperar, a escolha de Kissinger, o braço-direito de Nixon, provoca uma onda de protestos, sendo considerada uma humilhação face ao poderio dos Estados Unidos.

Nixon admite o fracasso da ação norte-americana em cerca de quinze anos de guerra, na qual luta, juntamente com as tropas

aliadas, sobretudo da Austrália e da Coreia do Sul, pela defesa da independência do Vietname do Sul contra a invasão do Vietname do Norte, apoiado pela União Soviética e a China. Após cerca de vinte anos de combates, a guerra termina com a queda de Saigão, a 30 de abril de 1975, e mais de dois milhões de baixas.

Lyndon Johnson, ex-Presidente dos Estados Unidos, um dos principais promotores da Guerra do Vietname e da escalada do conflito, morre aos sessenta e quatro anos vítima de um ataque cardíaco. Entre 1963 e 1969 torna-se o 38.º Presidente do país, assumindo o cargo na sequência do assassinato de John F. Kennedy. Depois de completar o restante mandato de Kennedy, em 1964 consegue aquela que fora até então a mais retumbante vitória nas presidenciais da história do país. Johnson faz disparar a economia dos Estados Unidos, mas um maior envolvimento na Guerra do Vietname, cada vez com mais tropas destacadas, fá-lo perder muita da popularidade inicial e não concorre a novo mandato.

Duas horas e oito minutos depois de John F. Kennedy ter sido baleado em Dallas, Lyndon Johnson, então vice-presidente, é empossado Presidente a bordo do avião presidencial. Esse momento dá origem à icónica fotografia de Johnson a prestar juramento para o cargo diante da juíza Sarah T. Hughes e ao lado da recém-viúva, Jacqueline Kennedy.

Primeira-dama dos Estados Unidos entre 1961 e 1963, Jacqueline Kennedy casa-se com JFK em 1953 e têm quatro filhos, dois dos quais morrem praticamente à nascença. O segundo destes enormes desgostos ocorre em agosto de 1963 e, três meses depois, dá-se o assassinato de John F. Kennedy. Jacqueline, ainda muito perturbada pela perda do filho, está ao lado do marido no momento em que ele é fatalmente baleado enquanto acena ao povo de um carro descapotável.

Em 1973, os portugueses viviam sob o jugo do Estado Novo há quarenta anos. Se era já inevitável, para alguns, o fim do regime, para muitos outros, era apenas mais um ano do século XX, em que notícias, livros, guíões de cinema e peças de teatro continuavam a ser censurados, em que milhares de jovens perdiam a vida na absurda e injusta guerra colonial, em que, para uma percentagem grande da população, a emigração era a única alternativa à miséria. Ainda não o sabiam, mas 1973 seria o último ano civil sob a égide do Estado Novo. A edição inaugural do Expresso, a declaração unilateral de independência da Guiné-Bissau, as eleições legislativas — as últimas em ditadura —, a participação no Festival da Eurovisão, com a famosa canção *Tourada*, com letra do poeta Ary dos Santos e interpretada por Fernando Tordo, as manifestações estudantis violentamente reprimidas, as ondas de choque da crise internacional do petróleo; tudo concorre para o dia de abril que ficaria para sempre assinalado nos calendários dos portugueses.

Passadas cinquenta anos, Tiago Beato, jornalista e escritor, viaja até esse período e faz, neste 1973 — *Uma cronologia do Ano Zero*, uma compilação dos momentos mais paradigmáticos de um país em ebulição, pautados pelos acontecimentos internacionais que marcavam a atualidade. Da política à cultura, passando pela sociedade e pelo desporto, *1973* faz um retrato social e cultural do país, com um olhar que se alarga ao mundo, nos últimos meses de uma ditadura com os dias contados.



Penguin
Random House
Grupo Editorial

www.penguinrandomhouse.com/pt

f editoresptgativa
penguinlivros

ISSN 0799867847953



9 789867 847950